

O ARTIGO DEFINIDO FRENTE A PRONOMES POSSESSIVOS NA LÍTERATURA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX

ANE SCHEI¹

RESUMO

Neste artigo examina-se a variação entre o uso e o não uso do artigo definido antes de pronome possessivo seguido de substantivo em sete romances do século XIX. A análise mostra que há diferenças consideráveis entre os escritores, confirmando o resultado de outros estudos de que no português brasileiro o uso do artigo definido antes de possessivo varia bastante de um corpus para outro.

ABSTRACT

This article examines the variation in the use of the definite article before possessive pronoun followed by a noun in seven 19th century novels. The analysis shows considerable differences between the authors, and thus confirms the results of other studies that in Brazilian Portuguese the use of the definite article before possessive pronoun varies from one corpus to another.

PALAVRAS-CHAVE

Artigo definido. Língua literária. Pronome possessivo. Século XIX

KEY WORDS

19th century. Definite article. Literary language. Possessive pronoun.

¹ Ligada à Universidade de Estocolmo-ISPLA até 2008, período no qual elaborou este artigo.

Introdução

O uso do artigo definido antes de pronome possessivo seguido de substantivo é variável no português brasileiro (doravante PB): às vezes usa-se o artigo, outras vezes não:

- (1) *O seu traje* era o comum em viagem: (Taunay, 61)
- (2) *Sua história* tem pouca coisa de notável. (Almeida, 67)

O presente trabalho tratará da variação entre o uso e o não uso do artigo antes de possessivo na literatura brasileira do século XIX ou, mais exatamente, em sete romances: faremos uma análise quantitativa para vermos com que frequência os sete escritores estudados usam o artigo. Outras pesquisas já apontaram alguns fatores que em maior ou menor grau afetam o uso do artigo, e aqui veremos se esses fatores atuam da mesma maneira no nosso *corpus*.

O *corpus* consiste nos seguintes romances (ano da primeira edição entre colchetes):

Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882): <i>A Moreninha</i>	[1844]
Manuel Antônio de Almeida (1831-1861): <i>Memórias de um sargento de milícias</i>	[1854-1855]
José de Alencar (1829-1877): <i>Lucíola</i>	[1862]
Bernardo Guimarães (1825-1884): <i>O garimpeiro</i>	[1872]
Visconde de Taunay (1843-1899): <i>Inocência</i>	[1872]
Aluísio Azevedo (1857-1913): <i>O cortiço</i>	[1890]
Machado de Assis (1839-1908): <i>Dom Casmurro</i>	[1899]

O principal objeto de estudo será a narrativa dos livros; os diálogos só serão estudados resumidamente e à parte, na seção 5. Note-se que com ‘narrativa’ nos referimos não só à narrativa propriamente dita, mas também a trechos descritivos e dissertativos, ou seja, ‘narrativa’ exprime o oposto de ‘diálogo’. Foram também deixados de lado diálogos indiretos,

assim como prefácios, cartas, citações de livros e jornais, etc., ou seja, trechos em que o autor, por assim dizer, fala com voz diferente da usada na narração propriamente dita. As referências dos exemplos tirados dos livros examinados consistem no nome ou sobrenome do escritor e o número da página.

Na seção 2 faremos um breve resumo de algumas pesquisas anteriores, baseando-nos principalmente na tese de doutoramento de Giselle Machline de Oliveira e Silva: *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro* (1982). (Uma grande parte desta exposição já foi incluída num outro trabalho nosso (Schei 2007).) Aqui identificaremos os fatores que depois serão testados no nosso *corpus*. Na seção 3 definiremos alguns casos que não serão incluídos na análise por nunca ou quase nunca ocorrerem com o artigo; esses casos são excluídos para não enviesarem as análises quantitativas do material relevante, ou seja, os casos com variação livre. A análise da narrativa dos livros é apresentada na seção 4, e na seção 5 diremos algumas palavras sobre os diálogos. Na seção 6 faremos uns comentários finais.

Quanto às percentagens há algumas ligeiras diferenças entre as tabelas 2, 6 e 8 do presente trabalho e as tabelas correspondentes em Schei (2007); isso é devido a termos classificado alguns exemplos de maneira diferente nos dois trabalhos. Observe-se também que nas análises quantitativas arredondamos sempre as percentagens a números inteiros, não só nos cálculos nossos; também quando retomamos outros estudos arredondamos as percentagens daquelas pesquisas quando nelas se usam decimais.

Também temos que chamar a atenção para o fato de nem todas as tabelas deste trabalho, assim como outras referências a análises quantitativas, incluírem o mesmo tipo de dados. Nossa própria análise exclui os casos particulares apresentados na seção 3, mas as tabelas 4 e 5, baseadas na tese de Silva, incluem todas as ocorrências de possessivos (Silva 1982:356). Também os demais dados de Silva, mencionados no texto, diferem dos nossos da mesma maneira, mas julgamos que esse fato

não impede que possamos comparar seus resultados com os nossos sem grandes vieses. Acrescente-se que Silva baseia suas conclusões sobretudo em probabilidades, e só em menor grau em frequências relativas, mas para mais facilmente podermos comparar seus dados com os nossos, optamos por só apresentar suas frequências relativas.

Como acima foi dito, partes da seção 2 também se encontram no nosso artigo “Para o estudo do artigo definido antes de pronome possessivo no português brasileiro: algumas observações” no volume V de *Para a história do português brasileiro*. Infelizmente, o texto daquele artigo foi modificado pelo revisor de maneira que foram introduzidos vários erros. Entre outras coisas, o revisor alterou, inexplicavelmente, o texto em citações de Said Ali e Giselle Machline de Oliveira e Silva. Queremos aqui deixar claro que as citações transcritas no presente artigo são as corretas.

1 Panorama histórico e a variação no PB

Considerando primeiro a evolução diacrônica e as diferenças entre o português europeu (doravante PE) e o PB, verifica-se que nos primeiros documentos escritos em português o artigo era pouco usado, mas no PE passou a ser cada vez mais comum ao longo dos séculos, e hoje é, conforme Cunha & Cintra (1991:216), “praticamente obrigatório”, com exceção de alguns casos particulares. Um estudo de Said Ali nos dá a seguinte imagem da evolução²:

² Com o seguinte método e *corpus*: “Tal estatística sem pretensões a rigor absoluto foi por mim obtida, examinando, em páginas seguidas, todos os casos (em número de 100 a 150 para cada autor) não sujeitos a regras especiais e portanto parecendo permitir o emprego de possessivo com ou sem artigo. Ministraram exemplos: Fernão Lopes, *Crônica de D. João*, pág. 161 a 200; Camões, *Lusitadas*, cantos V a VIII; Vieira, *Sermões*, vol. 5, pág. 1 a 45; Herculano, *Eurico*, pág. 1 a 71”. (Said Ali 1964:96)

TABELA 1 - Baseada em Said Ali (1964:96-97): a evolução diacrônica do PE.

<i>corpus</i>	frequência relativa de casos com artigo
Fernão Lopes	5% aproximadamente
Camões	30%
Vieira	mais de 70%
Herculano	mais de 90%

A análise diacrônica do PE em Silva (1982:314) confirma a evolução descrita por Said Ali, chegando a uma percentagem de 90% em jornais do século XX, e uma análise nossa de alguns romances portugueses do século XIX³ e do fim do século XX⁴ mostra que o uso do artigo no PE de fato se generalizou (tabelas 2 e 3). Queremos lembrar que excluímos dos dados das nossas tabelas certos casos (apresentados na seção 3) nos quais a variante sem artigo é quase categórica, ou seja, o fato de Eça e os escritores da tabela 3 apresentarem uma percentagem de 100% não significa que não haja possessivos sem artigo nos livros em questão; existem ocorrências sem artigo, mas esses casos se encontram entre os excluídos por serem apostos, nomes de parentesco, vocativo, etc.

TABELA 2 - Romances portugueses do século XIX.

autor	frequência relativa de casos com artigo
Herculano	92%
Camilo	90%
Eça	100%

³ Alexandre Herculano: *Eurico*; Camilo Castelo Branco: *Amor de perdição*; Eça de Queiroz: *O crime do Padre Amaro*.

⁴ António Lobo Antunes: *Os cus de Judas*; Américo Guerreiro de Sousa: *Os cornos de Cronos*.

TABELA 3 - Romances portugueses do século XX.

autor	frequência relativa de casos com artigo
Lobo Antunes	100%
Guerreiro de Sousa	100%

No PB, contudo, o uso do artigo não cresceu como no PE. Dado que a colonização do Brasil só começou no século XVI, o ponto de partida do PB já deve ter tido uma maior frequência do artigo do que a língua medieval, mas enquanto a frequência em Portugal aumenta cada vez mais até uma generalização, o PB muda muito pouco, conforme os dados de Silva, apresentados na tabela 4.⁵ Como se vê, Vieira, que na análise do PE feita por Said Ali usa o artigo em mais de 70% dos casos, foi por Silva incluído entre os materiais brasileiros, apresentando uma percentagem de 41%. Silva (1982:356) comenta: “A discrepância [...] pode ser devida seja ao menor número de dados de Ali (no máximo 150, enquanto usamos 617) seja ao fato de termos usado todos os possessivos enquanto Ali eliminou os de ‘regras especiais’ (quais?)”.

TABELA 4 - Baseada em Silva (1982:315): a evolução diacrônica do PB.

corpus	frequência relativa de casos com artigo
Vieira	41%
Documentos séc XVII	11%
Documentos séc XVIII	34%
Bernardo Guimarães	26%

⁵ Padre Antônio Vieira: *Sermões*; Documentos da Câmara do Rio de Janeiro no século XVII; Documentos sobre a Inconfidência Mineira; Bernardo Guimarães: *A Escrava Isaura*.

A análise de Silva do PB de hoje,⁶ resumida na tabela 5, confirma que no PB não houve uma generalização do artigo, e uma análise nossa de alguns romances do fim do século XX⁷ (Tabela 6) mostra que a frequência das duas variantes pode variar bastante de um romance para outro.

TABELA 5 - Baseada em Silva (1982:311-312): o PB atual.

<i>corpus</i>	frequência relativa de casos com artigo
<i>corpus</i> oral	43%
jornais	29%
fotonovelas	35%
quadrinhos	59%

TABELA 6 - Romances brasileiros do século XX.

autor	frequência relativa de casos com artigo
Dourado	82%
Fonseca	37%
Luft	39%
Montello	48%
Queiroz	89%
Scliar	23%

Acrescente-se que no *corpus* do Projeto NURC, ou seja, na fala de informantes com formação universitária, a frequência do artigo é de 65% (Neves 1993:175).

⁶ *Corpus* oral: dois grupos de jovens, universitários e alfabetizando; jornais: *Jornal do Brasil* e *O Globo*; fotonovelas: *Amiga* e *Sétimo Céu*; quadrinhos: *Mônica*, *Cebolinha*, *Vaca Voadora*, *Pelezinho*, *Sítio do Pica-Pau Amarelo* e *Os Trapalhões*.

⁷ Autran Dourado: *Confissões de Narciso*; Rubem Fonseca: *Vastas emoções e pensamentos imperfeitos*; Lya Luft: *Exílio*; Josué Montello: *Enquanto o tempo não passa*; Rachel de Queiroz: *Dôra*, *Doralina*; Moacyr Scliar: *Os voluntários*.

Diante dessa variação do PB no que diz respeito à frequência relativa do artigo pode-se perguntar se há diferenças regionais. Conforme Lucchesi (1993:91) há: “In Portugal and the south of Brazil, the definite article and the possessive normally co-occur, whereas in northern and northeast Brazil the article is normally absent”. Contudo, a análise do *corpus* do Projeto NURC, já mencionada, não mostra diferenças notáveis entre as cinco cidades estudadas: Recife 66%, Salvador 64%, Rio de Janeiro 68%, São Paulo 65% e Porto Alegre 64%. Se observarmos os romances do fim do século XX da tabela 6, vemos que, ao contrário das cinco cidades do Projeto NURC, há diferenças consideráveis entre os seis escritores, mas se essas diferenças são devidas a origem regional contradizem o que diz Lucchesi, já que Queiroz, com a frequência mais alta, é do Nordeste, enquanto Scliar e Luft, com frequências baixas, são do Rio Grande do Sul.

Existe também a possibilidade de a variação no uso do artigo ser devida a algum tipo de pressão normativa, mas conforme Silva (1982:274) muitas pessoas nem sequer estão conscientes dessa variação e, por conseguinte, não há uma consciência sobre como se ‘deve’ fazer. Apesar disso, Silva (1982:385) afirma que fatores sociais podem influir: “Quanto às classes notou-se que tanto os falantes provenientes de pais mais instruídos quanto os mais instruídos eles mesmos mostraram significativo desfavorecimento do artigo”. No entanto, como constatamos acima, os informantes com formação universitária do Projeto NURC usam o artigo em 65% dos casos, o que consideramos uma frequência relativamente alta.

Há, contudo, fatores linguísticos que afetam o uso do artigo. As gramáticas costumam apontar alguns casos em que normalmente não se usa o artigo, por exemplo apostro e nome de parentesco (para maiores detalhes, ver seção 3), mas no estudo detalhado de Silva são detectados mais alguns fatores linguísticos que podem influir em maior ou menor grau: número, o próprio pronome possessivo, se o possessivo vem logo depois de pausa ou não, se o possessivo é precedido de preposição, e sobretudo o fator ‘especificidade’.

Vejamos primeiro como Silva define o termo ‘especificidade’ e como este fator atua: com ‘especificidade’ Silva (1982:268) não quer “afirmar, em termos absolutos, que o artigo frente ao possessivo especifica o que equivaleria a dizer que, sem ele, o possessivo é inespecífico, indefinido, o que sabemos ser irreal”; o que aquele termo quer dizer é que “os [casos] sem artigo são aqueles em que o falante não necessita destacar elemento(s) do conjunto: a informação ou não é necessária ou, pelo contrário, já está bem clara” (Silva 1982:271). A função especificadora do artigo é assim descrita em outro estudo de Silva (1996:125):

Há leve diferença semântica entre os exemplos ‘seu livro’ e ‘o seu livro’. O primeiro pode ser parafraseado como ‘um dos seus livros’ enquanto o segundo tenderá a ser interpretado como ‘esse seu livro específico’. O uso do artigo está ligado à questão da especificidade. Quando o falante destaca apenas um dentro de um conjunto de elementos possuídos, há maior especificidade e o uso do artigo é maior.

Nos *corpora* sincrônicos e em quase todos os diacrônicos analisados por Silva (cujas frequências foram apresentadas nas tabelas 4 e 5) “os possuídos ‘específicos’ sempre favorecem a presença do artigo, enquanto os ‘não específicos’ a desfavorecem” (Silva 1982:358). A especificidade também explicaria o fato de nomes de parentesco (p.ex. *pai*, *irmão*) raramente terem artigo, já que são, por sua natureza, suficientemente específicos. Quanto ao fator ‘número’, o artigo é menos frequente no plural do que no singular, o que também seria um efeito do fator especificidade: “Havíamos postulado que o plural já trazia em si uma definição intrínseca, que fizesse com que o artigo especificado se tornasse inútil. O plural refere-se ao conjunto inteiro. Não necessitando de artigo para expressar veladamente a idéia de *todos*, o artigo torna-se redundante.” (Silva 1982:367). A especificidade também explica o fato de o aposto raramente ter artigo: “um aposto é uma definição, uma especificação e, mais do que o campo semântico de parentesco, deve ser ‘super determinado’, tornando o artigo redundante” (Silva 1982:272).

É importante notar que na tese de Silva a especificidade só *favorece* o emprego do artigo; não o torna obrigatório. Se, por exemplo, o *corpus* oral da tabela 5 for dividido em dois grupos – possuídos específicos e não específicos – o artigo ocorre em 49% dos casos específicos e em 30% dos não específicos, e se forem juntados os três *corpora* descritos da tabela 5, as percentagens correspondentes são 43% e 32%, respectivamente (Silva 1982:298-299). O mesmo vale para outros fatores examinados por Silva: quanto a número, como já foi dito, o artigo é menos frequente com plural do que com singular; quando o possessivo vem depois de uma pausa, o artigo é menos frequente do que quando o possessivo vem precedido de outra palavra; uma preposição antecedendo o possessivo favorece o artigo; quanto aos diferentes pronomes possessivos, o artigo é menos comum com *seu* do que com os demais. No entanto, em nenhum desses casos o artigo é categórico com uma das variáveis; veja-se, por exemplo, o fator ‘pausa’ no *corpus* escrito: com possessivo antecedido de pausa o artigo ocorre em 20% dos casos, e quando não há pausa antes do possessivo o artigo ocorre em 44% dos casos (Silva 1982:308).

A influência do próprio pronome possessivo não pôde ser muito bem analisada por Silva na obra de 1982 porque nem todos os possessivos ocorreram em número representativo no seu *corpus*, pelo que a questão foi retomada em um estudo posterior, de 1996, no qual também o fator ‘inerente’ foi estudado. O *corpus* da pesquisa de 1996 consiste em língua falada do *corpus* NURC/RGS e do *corpus* Leda Bisol, assim como o livro *O Retrato* de Érico Veríssimo.⁸ Já que não havia ocorrências de *seu* da terceira pessoa no *corpus* oral, uma comparação entre este pronome e os demais só pôde ser feita no romance de Veríssimo, e a análise confirmou o resultado de Silva (1982) de que o possessivo de terceira pessoa – *seu* – inibe o artigo, ao contrário dos demais pronomes possessivos: a frequência do artigo era de 66% com *meu* e *nosso*, 55% com *ten*, *vosso* e *seu* da segunda pessoa (*seu* = *de você(s)*), e apenas 16% com *seu* da terceira pessoa (*seu* = *dele(s)/dela(s)*). Uma análise em separado de *seu* da segunda

⁸ Essa apresentação do *corpus* de Silva (1996) é dada em Silva (1986:240).

pessoa mostra que este pronome tinha artigo em 53% dos casos, o que confirma que a diferença entre *seu* da terceira pessoa e os demais pronomes é semântica e não fonológica (Silva 1996:136).

Depois de ter constatado no estudo de 1982 que nome de parentesco inibe o artigo, no trabalho de 1996 Silva faz uma divisão mais detalhada dos substantivos que não significam parentesco para estudar o fator ‘inerente’, dividindo o material nos seguintes quatro grupos: relações humanas outras que parentes; possuídos não-inerentes; possuídos inerentes; partes do corpo. A definição de possuído inerente e não-inerente é expressa assim (Silva 1996:132): “Foram considerados possuídos não-inerentes os objetos que só eventualmente são possuídos (revista, cadeira) bem como características mais abstratas que não são obrigatórias (nervoso, opinião). Já características e objetos inerentes são os obrigatoriamente possuídos na nossa cultura ou que têm pelo menos grande expectativa de sê-lo (vida, alma, pente, casa)”.

Silva não encontrou nenhuma descrição sobre o que seria considerado inerente na cultura brasileira, pelo que teve que fazer sua divisão baseando-se na sua intuição, mas observa que conserva “à parte a categoria *partes do corpo* como controle, já que estas são inerentes por natureza” (Silva 1996:133). As relações humanas, por seu lado, são não-inerentes. O resultado dessa análise – que foi feita no *corpus* oral – é que com os substantivos não-inerentes (relações humanas outras que parentes; possuídos não-inerentes) o artigo é menos usado do que com os inerentes (possuídos inerentes, outros que partes do corpo; partes do corpo), isto é, inerente favoreceria o artigo.

Como se vê, outros estudos já observaram vários fatores que em maior ou menor grau favorecem ou inibem o artigo definido antes de pronome possessivo. Queremos lembrar que enquanto alguns desses fatores só afetam a escolha entre as duas variantes em escala relativamente modesta, outros determinam um uso categórico ou quase categórico de uma das variantes. No PB não há nenhum caso que exige um uso categórico do artigo (exceto certas expressões fixas), mas existem certas construções

com um emprego nulo ou muito reduzido do artigo. Por isso, antes de passarmos à nossa análise na seção 4, vamos excluir alguns tipos de construções do nosso *corpus*: aqueles que conforme as gramáticas e outras pesquisas apresentam um uso categórico ou grandemente majoritário da variante sem artigo; a inclusão desse tipo de exemplos enviesaria as análises quantitativas, visto querermos estudar o uso nos casos de variação livre. Na seção 3 faremos uma breve apresentação dos tipos que sempre ou em geral omitem o artigo, assim como de mais alguns casos que decidimos deixar de lado. Quando depois fizermos a análise do *corpus*, apresentaremos primeiro as frequências relativas das ocorrências com e sem artigo no total dos casos em cada um dos sete livros, e depois testaremos alguns dos fatores de Silva, para vermos se atuam da mesma maneira no nosso *corpus*: número, pausa antes do possessivo, preposição antes do possessivo, e o próprio pronome possessivo. A especificidade, no entanto, não será considerada, dado que nos parece difícil definir, em muitos casos, se o substantivo deve ser definido como específico ou não. Em outras palavras, especificidade não é um fator nítida e inequivocamente definível da mesma maneira que número, pessoa, etc., dado que depende da intuição do/a pesquisador/a, intuição essa que pode variar de uma pessoa para outra e portanto dificultar a comparação entre diferentes estudos. Aliás, a própria Silva (1982:289) diz que às vezes é difícil saber como classificar certas ocorrências, e que em certos casos se absteve de classificar os dados. Pelo mesmo motivo não faremos a divisão em quatro grupos de substantivos inerentes e não-inerentes de Silva (1996); só analisaremos os fatores ‘humano não-parente’ e ‘partes do corpo’, cuja definição não é problemática.

2 Casos deixados de lado

Para compormos a lista dos casos em que o artigo em geral não é usado, recorreremos a algumas gramáticas. Não só elas mencionam um maior número de tipos do que os estudos empíricos já referidos mas, além disso, um levantamento do que afirmam as gramáticas também

nos permite ver até que ponto a norma gramatical condiz com o uso no nosso *corpus*.

Tanto Cunha & Cintra (1991:217) como Neves (2000:425-427) dizem que o artigo é em geral evitado em fórmulas de tratamento (exemplo 3), quando faz parte de um vocativo (4), quando o possessivo vem precedido de um demonstrativo (5), e em certas expressões feitas (6). Além desses casos, Cuesta & Luz (1980:465-466) acrescentam nomes de parentesco (7) e a palavra *casa* (8). No artigo “Sobre o emprego do artigo com pronomes possessivos em português”, Meier (1973:7), referindo-se à gramática normativa, menciona, além de vocativo e expressões feitas, aposto (9), emprego indefinido do possessivo – ou seja, quando o possessivo tem o significado ‘algum’, ‘certo’ – (10) e predicativo (11).

(3) - Sr. tenente-coronel, disse-lhe ele, *V.S. [Vossa Senhoria]* já me livrou de uma que não era culpa minha; (Almeida,121)

(4) - Ah! *meu pai*, não me obrigue a semelhante sacrifício; por piedade! (Bernardo,108)

(5) Creio que José Dias achou desusado *este meu falar*. (Machado,61)

(6) Inocência, *por seu lado*, encostou a fronte ao ombro do amante, (Taunay,142)

(7) Só então *seu pai* reconheceu que o amor de *sua filha* não era uma simples veleidade de criança, (Bernardo,163)

(8) já os pés me pruriam para tomar o caminho de *sua casa*. (Alencar,94)

(9) Fora Leonardo algibebe em Lisboa, *sua pátria*; (Almeida,67)

(10) sobre o padrinho houve *suas dúvidas* (Almeida,244)

(11) O cocheiro, que era *nosso escravo*, (Machado,217)

Antes de deixarmos esses tipos de construções de lado, veremos se no nosso *corpus* eles são, de fato, usados sem o artigo. Note-se que tratamento e vocativo quase só ocorrem nos diálogos, mas quanto aos demais tipos acima exemplificados, o texto a seguir só se refere às ocorrências encontradas na narrativa.

No *corpus*, tratamento, vocativo e possessivo precedido de demonstrativo se destacam dos demais tipos por uma ausência absoluta do artigo. Quanto às expressões, há cerca de 200 ocorrências, mas é um grupo heterogêneo, com muitas expressões diferentes, e apesar de essas expressões até certo ponto serem estereotipadas, Silva (1982:275) observa que no *corpus* dela há certa variação no uso do artigo, e também que algumas expressões “adquiriam sentidos algo diferentes, desde que tivessem ou não artigo”. Uma análise detalhada não nos parece viável dentro dos limites do presente trabalho, dado que grande parte dessas expressões ocorrem apenas uma ou duas vezes no *corpus*. No entanto, podemos notar que enquanto algumas sempre ocorrem sem artigo (p.ex. *por sua vez*, que com 23 casos ao todo é de longe a expressão mais frequente no *corpus*) e outras sempre são precedidas de artigo (p.ex. *ao seu alcance*, com quatro casos ao todo), há também algumas expressões que aparecem ora com artigo, ora sem, p.ex. *de minha/sua parte*: três ocorrências sem e cinco com o artigo. De qualquer forma, a tendência geral no conjunto das expressões é para o não uso do artigo, que só ocorre em 29% dos casos.

TABELA 7 - Parentesco.

	Total	com artigo	sem artigo
Macedo	15	1 (7%)	14 (93%)
Almeida	52	3 (6%)	49 (94%)
Alencar	16	1 (6%)	15 (94%)
Bernardo	47	1 (2%)	46 (98%)
Taunay	5	0 (0%)	5 (100%)
Aluísio	37	27 (73%)	10 (27%)
Machado	167	6 (4%)	161 (96%)

Com nome de parentesco é evidente a preferência para o não uso do artigo nos livros do *corpus*: com exceção de Aluísio, em nenhum dos escritores o artigo é usado em mais de 7% dos casos. Como se vê, comparando tabela 7 com tabela 8 (seção 4), isso é muito abaixo da média geral. A diferença entre parentesco e os casos com variação livre é especialmente nítida em Machado, que nas ocorrências da tabela 8 usa o artigo quase sempre, enquanto só o emprega em 4% dos casos de nome de parentesco. Em Aluísio o artigo ocorre em 73% dos casos, e esta percentagem alta é devida ao fato de em *O cortiço* a palavra *homem* (no sentido de ‘marido’ e no sentido de ‘amante’) ser usada muito frequentemente, e quase sempre o artigo é usado com essa palavra. Contudo, mesmo se excluirmos *homem* dos cálculos, Aluísio usa o artigo em 27% dos casos de parentesco, ou seja, muito mais do que os demais escritores. Ao mesmo tempo, e independentemente de incluirmos *homem* ou não, também em Aluísio o uso do artigo é menos frequente com nome de parentesco do que com os substantivos ‘normais’ da tabela 8.

Nos demais tipos (exemplos 8-11) há poucas ocorrências, mas em todos os quatro tipos há variação, com tendência para o não uso do artigo.

Em suma, essas construções, que conforme as gramáticas inibem o uso do artigo, também no nosso *corpus* apresentam proporções bem reduzidas de artigo definido antes de possessivo. Em alguns casos o artigo é até categoricamente ausente.

Os tipos acima comentados não serão mais considerados; dado que mostram nítida tendência para uma das variantes, devem ser deixados de lado para não enviesar a análise quantitativa a seguir. Além disso, decidimos excluir também mais alguns contextos que talvez possam influir no uso do artigo: os casos com um adjetivo antes ou depois do substantivo, assim como aqueles com as palavras *todo/a(s)* e *próprio/a(s)* e os nomes próprios precedidos de possessivo:

(12) No seu *farto* cabelo (Aluísio,58)

(13) Vazei nelas *toda* a minha alma (Alencar,190)

(14) segundo suas *próprias* camaradas (Macedo,159)

(15) Agora que o nosso *Leonardo* está instalado em quartel seguro (Almeida,247)

Deixamos de lado também os casos de coordenação, quer dizer, as poucas ocorrências de um único possessivo seguido de dois substantivos coordenados, caso em que o gênero e o número do pronome possessivo concordam com o primeiro elemento coordenado, como em:

(16) Suas mãos e pés (Bernardo,15)

Também excluimos os SNs possessivos coordenados, sindética ou assindeticamente, como no exemplo (17), já que admitimos a possibilidade de o uso ou não uso do artigo com o primeiro possessivo poder influenciar o(s) seguinte(s). De fato, nosso material parece confirmar essa hipótese: de um total de 94 casos de coordenação deste tipo, há apenas dois em que um dos elementos vem com artigo e outro sem artigo, como em (18).

(17) Assim pois, seu amor, suas esperanças, sua riqueza, sua felicidade, tudo isso fora uma ilusão (Bernardo,138)

(18) os seus olhos encandeados e sua garganta abrasada (Taunay,27)

Ficamos, assim, com um material bastante homogêneo para a análise a seguir, o que julgamos importante, já que parece haver muitos fatores capazes de influir no uso do artigo; excluindo os acima comentados será mais fácil detectar o uso dos escritores nos casos em que há uma variação pelo menos relativamente livre.

3 A análise

Os exemplos que nos restam, depois de termos deixado de lado os tipos comentados na seção 3, são quantificados na tabela 8:

TABELA 8 - Os pronomes possessivos.

	Total	com artigo	sem artigo
Macedo	194	66 (34%)	128 (66%)
Almeida	278	172 (62%)	106 (38%)
Alencar	409	280 (68%)	129 (32%)
Bernardo	250	53 (21%)	197 (79%)
Taunay	114	84 (74%)	30 (26%)
Aluísio	339	310 (91%)	29 (9%)
Machado	267	263 (99%)	4 (1%)

Há diferenças consideráveis entre os escritores: enquanto Macedo e Bernardo só empregam o artigo em 34% e 21% dos casos, respectivamente, Aluísio e Machado o empregam em mais de 90% dos casos; em Machado o uso do artigo quase chega a ser categórico. Entre esses dois extremos encontram-se Almeida, Alencar e Taunay, com 62%, 68% e 74%, respectivamente.

Vejam agora o efeito de alguns dos fatores tratados por Silva, começando por ‘número’ e ‘pausa’. Os casos classificados como ‘pausa’ são aqueles em que o possessivo vem logo depois de ponto, vírgula, ou outro tipo de pontuação (exemplo 19); ‘sem pausa’ são aqueles em que outra palavra antecede o pronome. (exemplo 20).

(19) Mas o que então se passou em mim, lhe parecerá incrível; *a minha cólera* precisava desabafar-se contra alguém, (Alencar,98)

(20) O médico deu por terminada *a sua visita*. (Macedo, 255)

Nos *corpora* de Silva o artigo é mais frequente no singular do que no plural, e no nosso *corpus* acontece o mesmo, com exceção de Machado. Convém notar, contudo, que tanto em Machado como em Taunay e Aluísio as diferenças são pequenas. Quanto a pausa antes do possessivo, conforme Silva este fator inibe o uso do artigo, mas uma diferença clara neste sentido só se observa em Bernardo, Taunay e Aluísio; em Almeida, Alencar e Machado as diferenças são pequenas, e em Macedo a frequência do artigo é mais alta depois de pausa.

TABELA 9 - Número: frequência relativa de casos com artigo.

	singular	plural
Macedo	48% (58/122)	11% (8/72)
Almeida	69% (138/199)	43% (34/79)
Alencar	71% (216/306)	62% (64/103)
Bernardo	25% (46/187)	11% (7/63)
Taunay	75% (58/77)	70% (26/37)
Aluísio	92% (242/263)	89% (68/76)
Machado	98% (177/181)	100% (86/86)

TABELA 10 - Pausa: frequência relativa de casos com artigo.

	pausa	sem pausa
Macedo	50% (6/12)	33% (60/182)
Almeida	60% (6/10)	62% (166/268)
Alencar	72% (26/36)	68% (254/373)
Bernardo	9% (2/23)	22% (51/227)
Taunay	38% (3/8)	76% (81/106)
Aluísio	75% (18/24)	93% (292/315)
Machado	94% (17/18)	99% (246/249)

Ainda em Silva (1982) o artigo é mais comum quando o pronome possessivo é da primeira pessoa do que da terceira. Dado que só os livros de Alencar e Machado são escritos na primeira pessoa é só nesses dois que podemos estudar a primeira pessoa do singular, mas em todos os sete livros há ocorrências da primeira pessoa do plural (quando os escritores falam sobre ‘o nosso herói’, ‘nossos agricultores’, etc.). Analisando este fator juntamos as ocorrências de masculino e feminino, singular e plural, ou seja, falando por exemplo da primeira pessoa do singular nos referimos a todas as ocorrências de *meu*, *minha*, *meus* e *minhas*, colocando só a forma do masculino singular na coluna correspondente da tabela 11. Na terceira pessoa nem sequer fazemos diferença entre a terceira pessoa do singular (*seu=dele/dela*) e a terceira pessoa do plural (*seu=deles/delas*), já que as formas *seu*, *sua*, *seus*, *suas* são as mesmas. Aliás, os casos de *seu(s)* e *sua(s)* que equivalem a *deles/delas* são poucos: perfazem apenas 6% do total (85 em 1353).

TABELA 11 - O pronome possessivo:
frequência relativa de casos com artigo.

	<i>meu</i>	<i>nosso</i>	<i>seu</i>
Macedo	-	94% (15/16)	29% (51/178)
Almeida	-	96% (23/24)	59% (149/254)
Alencar	75% (151/201)	64% (14/22)	62% (115/186)
Bernardo	-	33% (1/3)	21% (52/246)
Taunay	-	100% (6/6)	72% (78/108)
Aluísio	-	0% (0/1)	92% (310/338)
Machado	99% (169/171)	98% (50/51)	98% (42/43)

Machado emprega o artigo quase categoricamente, tanto nas primeiras pessoas do singular e do plural como na terceira pessoa, mas em Alencar a frequência do artigo é de fato mais alta com a primeira pessoa do singular do que com a terceira pessoa: o artigo é usado em 75% e 62% dos casos, respectivamente. A primeira pessoa do plural, porém, tem praticamente a mesma frequência da terceira: 64%. Bernardo, Taunay e Aluísio têm tão poucas ocorrências da primeira pessoa do plural que não vale a pena tentar uma comparação com a terceira, mas em Macedo e Almeida, com um número maior de ocorrências, a primeira pessoa do plural tem mais frequentemente o artigo do que a terceira pessoa; em Macedo a diferença é até muito grande: 94% com *nosso/a(s)* e apenas 29% com *seu(s)/sua(s)*.

Os fatores até aqui examinados produzem quase os mesmos resultados da tese de Silva: o artigo é mais comum no singular do que no plural, e com os pronomes da primeira pessoa emprega-se o artigo com maior frequência do que com os pronomes da terceira pessoa. O fator pausa, contudo, só inibe o artigo em alguns dos escritores do nosso *corpus*. Convém notar que Machado usa o artigo quase categoricamente, e por isso esses fatores não são muito relevantes neste escritor.

Vejam agora o efeito de preposição antes de possessivo. Em Silva (1982) a presença de uma preposição favorece o artigo nos *corpora* sincrônicos, mas não nos *corpora* diacrônicos do PB. O fato de a preposição favorecer o artigo sobretudo nos *corpora* orais levou Silva a crer que o que realmente afeta são as preposições que se contraem com o artigo. Por isso, dividimos nosso material nos seguintes três grupos: preposição que contrai (exemplo 21), preposição que não contrai (22), e preposição nenhuma antes do possessivo (23).

(21) Cirino fez repentina parada *nas suas explicações*. (Taunay,149)

(22) Saíram e encaminharam-se *para o seu destino*. (Almeida,175)

(23) E expôs *o seu projeto*: (Aluísio,169)

TABELA 12 - Preposição: frequência relativa de casos com artigo.

	contrai	não contrai	sem prep.
Macedo	33% (28/86)	6% (1/17)	41% (37/91)
Almeida	58% (89/153)	42% (11/26)	73% (72/99)
Alencar	56% (124/221)	84% (26/31)	83% (130/157)
Bernardo	10% (13/124)	31% (4/13)	32% (36/113)
Taunay	71% (36/51)	75% (3/4)	76% (45/59)
Aluísio	93% (155/166)	94% (31/33)	89% (124/140)
Machado	98% (128/130)	100% (11/11)	98% (124/126)

Comparando preposição que contrai com preposição que não contrai, observa-se que preposição que contrai favorece o artigo em Macedo e Almeida, mas inibe em Alencar e Bernardo. Em comparação com os casos sem preposição, preposição que contrai não favorece o artigo em nenhum desses quatro escritores. Em Taunay, Aluísio e Machado as diferenças são mínimas. Este fator, portanto, não tem o mesmo efeito no nosso *corpus* que nos *corpora* sincrônicos de Silva (1982).

Outros fatores que também não atuam da mesma maneira no *corpus* de Silva e no nosso são ‘humano não-parente’ e ‘partes do corpo’. Em Silva (1996:135) o artigo ocorre em 40% dos casos de relações humanas outras que parentes e em 58% dos casos de partes do corpo, ou seja, com palavras que designam partes do corpo o artigo é mais frequente do que com palavras que se referem a seres humanos. No entanto, não é isso que se verifica no nosso *corpus*:

TABELA 13 - Humano, corpo: frequência relativa de casos com artigo.

	humano	corpo
Macedo	67% (26/39)	9%(4/44)
Almeida	75% (38/51)	38% (6/16)
Alencar	60% (9/15)	63% (58/92)
Bernardo	26% (8/31)	0% (0/33)
Taunay	93% (14/15)	63% (17/27)
Aluísio	95% (18/19)	71% (22/31)
Machado	100% (39/39)	100% (21/21)

Deixando de lado Machado, que não tem variação, vemos que em Alencar quase não há diferença, mas nos demais cinco escritores o artigo é bem mais frequente com humano do que com corpo, ou seja, no estudo de Silva (1996), corpo favorece o artigo em relação a humano, mas no nosso *corpus* dá-se o contrário. Confirma-se, portanto, o que vimos acima quando da análise dos fatores pausa e preposição antes do possessivo: nem todos os fatores atuam da mesma maneira em todos os *corpora*.

Por fim, convém dizer algumas palavras em separado sobre Alencar. Como já foi observado por Silva (1982), Alencar comenta o uso do artigo definido antes de possessivo no pós-escrito à segunda edição de *Iracema*, defendendo “certa parcimônia no emprêgo do artigo definido”, explicando isso como “uma reação contra o abuso dos escritores portugueses” (Alencar 1953a:194). No entanto, depois de uma análise

de um outro romance de Alencar, *Diva*, Silva (1982:356-358) afirma que este autor não parece ser coerente com suas teorias:

Em resumo, Alencar defende a ausência do artigo (portanto consciente), como libertação da língua de Portugal. Bem alto ($325/687 = 47,3\%$), o *overall* de *Diva* não se coaduna com o sentimento de Alencar sobre o assunto já que ultrapassa os dados não só do século XIX mas até do século XX. Esse fato confirma quão inconsciente é o uso dessa regra e quão longínquo pode estar o uso da atitude.

Comparando o resultado da sua análise de *Diva* com os seus *corpora* dos séculos XIX e XX (cf. tabelas 4 e 5), Silva considera a frequência de Alencar alta, mas se compararmos Alencar com os demais escritores do nosso *corpus* (tabela 8), vemos que apesar de a percentagem de *Diva* (47%) ser mais alta do que as percentagens de Macedo e Bernardo, por outro lado, em relação a Almeida, Taunay, Aluísio e Machado não é particularmente alta. Nem sequer os 68% de *Lucíola* (o livro de Alencar na tabela 8) nos parece uma frequência muito alta em comparação com os demais escritores brasileiros. Na nossa opinião, a recomendação de Alencar de ‘certa parcimônia’ deve ser interpretada em relação ao uso do PE que, como acima foi dito, já tinha praticamente generalizado o artigo definido (cf. tabela 2), e tanto os 47% em *Diva* como os 68% em *Lucíola* podem ser, de fato, uma reação contra o ‘abuso’ do PE. Em Schei (2007) analisamos anúncios e cartas de leitores em jornais do século XIX (o *corpus* do Projeto para a História do Português Brasileiro), e nesse material chegamos ao seguinte resultado:⁹

⁹ O resultado de Schei (2007) ao qual aqui fazemos referência é aquele apresentado nas tabelas 8 e 9 daquele artigo, ou, mais exatamente, na tabela 9 e no que deveria ter sido a tabela 8. Como já foi dito na introdução, no nosso artigo de 2007 há vários erros que foram introduzidos pelo revisor. Um dos erros mais graves foi a substituição de duas tabelas nossas (tabelas 7 e 8) por tabelas de um outro artigo de outra autora no mesmo livro. Por conseguinte, dos dados que aqui apresentamos na tabela 14, tirados do nosso artigo de 2007, só metade de fato consta daquele artigo: as frequências relativas dos casos com artigo nos anúncios dos jornais do século XIX são tiradas da tabela 9 em Schei (2007:279). As frequências nas cartas de leitores, porém, não constam mais do artigo de 2007, por causa da substituição da tabela 8 daquele artigo.

TABELA 14 - Jornais do século XIX, 1ª e 2ª metade do século:
frequência relativa de casos com artigo.

<i>corpus</i>	1ª metade séc. XIX	2ª metade séc. XIX
anúncios	37% (49/131)	47% (238/504)
cartas de leitores	54% (214/397)	61% (407/666)

Em comparação com este material, as frequências de Alencar também não são particularmente altas.

4 Os diálogos

TABELA 15 - Os diálogos: os pronomes possessivos.

	Total	com artigo	sem artigo
Macedo	196	115 (59%)	81 (41%)
Almeida	35	28 (80%)	7 (20%)
Alencar	188	132 (70%)	56 (30%)
Bernardo	157	86 (55%)	71 (45%)
Taunay	132	111 (84%)	21 (16%)
Aluísio	23	21 (91%)	2 (9%)
Machado	57	56 (98%)	1 (2%)

Se compararmos os diálogos com a narrativa, vemos, observando as tabelas 15 e 8, que em Alencar, Aluísio e Machado as percentagens são praticamente as mesmas, mas em Macedo, Almeida, Bernardo e Taunay o artigo ocorre mais frequentemente nos diálogos. Supondo que os diálogos de alguma maneira refletem a língua falada, pelo menos em maior grau do que a narrativa, e dado que o PE (que por muitas pessoas naquela época era visto como a norma da língua) usava o artigo quase sempre enquanto no PB o artigo era mais raro, o maior uso do artigo nos diálogos é um pouco surpreendente.

Nos diálogos há um número menor de ocorrências, pelo que é mais difícil examinar os diferentes fatores testados na análise da narrativa. Por isso, nos limitaremos a analisar o pronome possessivo, já que os diálogos nos oferecem vários tipos; ao contrário da narrativa, em que

só se encontram exemplos de *meu*, *nosso* e *seu* da terceira pessoa, nos diálogos há também pronomes da segunda pessoa: *teu*, *vosso* e *seu* da segunda pessoa.

TABELA 16 - Os diálogos: o pronome possessivo:
frequência relativa de casos com artigo.

	<i>meu</i>	<i>nosso</i>	<i>teu</i>	<i>vosso</i>	<i>seu</i> 2ª p.	<i>seu</i> 3ª p.
Macedo	71% (55/77)	58% (7/12)	84% (16/19)	46% (11/24)	62% (16/26)	26% (10/38)
Almeida	80% (16/20)	-	-	-	89% (8/9)	67% (4/6)
Alencar	79% (63/80)	57% (4/7)	63% (27/43)	-	67% (18/27)	65% (20/31)
Bernardo	51% (30/59)	67% (12/18)	38% (5/13)	100% (2/2)	57% (25/44)	57% (12/21)
Taunay	85% (53/62)	100% (11/11)	67% (2/3)	100% (1/1)	80% (33/41)	79% (11/14)
Aluísio	88% (7/8)	100% (2/2)	100% (2/2)	-	83% (5/6)	100% (5/5)
Machado	95% (20/21)	100% (16/16)	100% (3/3)	-	100% (10/10)	100% (7/7)

Como vimos na seção 2, no *corpus* de Silva (1996) a frequência relativa de casos com artigo era muito mais baixa com *seu* da terceira pessoa do que com os demais pronomes. O mesmo se dá em Macedo, mas não nos demais. Em Aluísio e Machado, *seu* da terceira pessoa tem artigo em 100% dos casos enquanto alguns pronomes da primeira e segunda pessoas têm percentagens mais baixas, e em Alencar e Taunay *seu* da terceira pessoa não difere muito dos demais pronomes. Em Almeida a percentagem de *seu* da terceira pessoa é de fato mais baixa da de *meu* e *seu* da segunda pessoa, mas as diferenças não são muito grandes, e em Bernardo é um pronome da segunda pessoa, *teu*, que tem a percentagem mais baixa, 38%, enquanto tanto *seu* da segunda como *seu* da terceira pessoa têm 57%. Em suma, a pessoa gramatical do pronome possessivo não é um fator que atua de maneira uniforme nos sete escritores.

Resumindo esta breve análise dos diálogos, a frequência relativa dos casos com artigo em alguns dos sete escritores é mais alta do que na narrativa, e o estudo dos diferentes pronomes não deu o resultado esperado conforme o estudo de Silva (1996); *seu* da terceira pessoa nem sempre inibe o artigo se comparado com os demais pronomes.

5 Palavras finais

Neste trabalho apresentamos os resultados do exame de um *corpus* de romances brasileiros oitocentistas, assim como um resumo de alguns outros estudos. O que é, então, que todas essas análises nos dizem sobre o uso do artigo antes de possessivo seguido de substantivo? Na verdade, pouca coisa. A única coisa que podemos dizer com certeza é que as frequências relativas das duas variantes variam de um *corpus* para outro. Quanto aos fatores analisados, os efeitos de muitos deles são apenas tendências e alguns dos fatores produzem efeitos diferentes em diferentes *corpora*, o que levanta a questão de até que ponto eles realmente são relevantes. Além disso, com tantos fatores coexistindo ao mesmo tempo é muito difícil dizer como eles interagem, ou seja, qual/is dos fatores realmente determina/m a escolha entre artigo ou não artigo num determinado caso. No entanto, há algumas observações que podem ser feitas no que diz respeito ao nosso *corpus*.

Nossa análise, como foi resumida na tabela 8, assim como outros estudos empíricos referidos na seção 2, mostraram que a frequência do uso do artigo antes de possessivo varia consideravelmente no PB. Apesar disso, tiramos a conclusão que o uso praticamente categórico do artigo em Machado não constitui uma variante natural brasileira, mas é devido ao fato de Machado em *Dom Casmurro* ter seguido a norma européia,¹⁰ que já no século XIX tinha generalizado o uso do artigo. É possível que também a alta percentagem em Aluísio seja devida à mesma causa. Quanto aos demais cinco escritores do *corpus*, Macedo

¹⁰ Em outros livros anteriores, Machado usa menos o artigo: em *Memórias póstumas de Brás Cubas* o artigo ocorre em 84% dos casos, em *A mão e a lua* em 60%, e em *Helena* em apenas 34%.

e Bernardo se distinguem por um uso bastante reduzido do artigo, enquanto Almeida, Alencar e Taunay usam o artigo em 62-74% dos casos. Talvez essa diferença seja devida ao fato de Macedo e Bernardo usarem um modelo mais antigo; dado que o PB parece ter evoluído de um estágio em que o artigo era usado em escala bastante modesta para um uso mais frequente, não é impossível que Macedo e Bernardo ainda estejam usando um modelo mais antigo, com poucos casos de artigo definindo antes de possessivo, ao passo que Almeida, Alencar e Taunay já estejam usando um modelo mais moderno – mas sempre brasileiro e não lusitano – com maior uso do artigo. Seja como for, confirmou-se mais uma vez que o uso do artigo definido antes de possessivo no PB varia bastante de um livro para outro.

Referências

1. Obras citadas

ALENCAR, José de. **Iracema e Ubirajara**. In: **Obra completa**, vol. VIII. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953a.

CUESTA, Pilar Vázquez & LUZ, Maria Albertina Mendes da. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Edições 70, 1980.

CUNHA, Celso Ferreira da & CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 8. ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1991.

LUCCHESI, Dante “The article systems of Cape Verde and São Tomé creole Portuguese: general principles and specific factors”. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, 1993. 8:1, p. 81-108.

MEIER, Harri. “Sobre o emprego do artigo com pronomes possessivos em português”. *Littera* 3, 1973. p. 5-14.

NEVES, Maria Helena de Moura. **“Possessivos”**. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.), **Gramática do português falado, vol. III**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 149-211.
_____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SAID ALI, Manuel. **Gramática histórica da língua portuguesa**. In: **Gramática secundária e Gramática histórica da língua portuguesa**, 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964.

SCHEI, Ane. **“Para o estudo do artigo definido antes de pronome possessivo no português brasileiro: algumas observações”**. In: RAMOS, Jânia M.; ALKMIM, Mônica A. (orgs.), **Para a história do português brasileiro, vol. V: Estudos sobre mudança linguística e história social**. Belo Horizonte: Editora FALÉ/UFMG, 2007. p. 265-281.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. **Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1982. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1982. Tese (Doutorado)

_____. **“Artigo frente a possessivos e nomes próprios”**. Projeto subsídios sociolinguísticos do projeto censo à educação, vol II. Universidade do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 1986. p. 232-255.

_____. **“Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico”** In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira (orgs.) **Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Departamento de Língua e Filologia, UFRJ, 1996. p.119-145.

2 Obras examinadas

ALENCAR, José de. **Lucíola**. reprodução da 3. edição, revista pelo autor. In: **Obra completa, vol IV**, 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953b. (1862)

ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias**. fixação de texto de Mamede Mustafa Jarouche. Cotia: Ateliê Editorial, 2000. (1854-1855)

ANTUNES, António Lobo. **Os cus de Judas**, 9. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983. (1979)

ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**, edição do texto de Ivan Teixeira. São Paulo: Martins Fontes, 1988. (1899)

_____. **Helena**, 18. ed. São Paulo: Editora Ática, 1994. (1876)

_____. **A mão e a luva**. 12. ed. São Paulo: Editora Ática, 1995. (1874)

_____. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Cotia: Ateliê Editorial, 1998. (1881)

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. 36. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000. (1890)

BRANCO, Camilo Castelo. **Amor de perdição**. de acordo com a 5ª edição de 1879, revista pelo autor. Lisboa: Editorial Comunicação, 1983. (1862)

DOURADO, Autran. **Confissões de Narciso**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997. (1997)

FONSECA, Rubem. **Vastas emoções e pensamentos imperfeitos**. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. (1988)

GUIMARÃES, Bernardo. **O garimpeiro**. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1872. (1872)

HERCULANO, Alexandre. **Eurico, o presbítero**. Edição crítica. Lisboa: Livraria Bertrand, 1944. (1844)

LUFT, Lya. **Exílio**. (1988)3. ed. São Paulo: Siciliano, 1991.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **A Moreninha**. Edição crítica de Tânia Serra. Rio de Janeiro: Lacerda Ed, 1997. (1844)

MONTELLO, Josué. **Enquanto o tempo não passa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. (1996)

QUEIROZ, Eça de. **O crime do Padre Amaro**, de acordo com a edição de 1880, revista pelo autor. Lisboa: Livros do Brasil, s.d. (1875)

QUEIROZ, Rachel de. **Dôra, Doralina**. In: **As três Marias e Dôra, Doralina; Obra reunida, v. II**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989. (1975)

SCLIAR, Moacyr. **Os voluntários**, 4. ed. Porto Alegre: L&PM, 1991. (1979)

SOUSA, Américo Guerreiro de. **Os cornos de Cronos**. 3. ed. Venda Nova: Bertrand Editora, 1989. (1980)

TAUNAY, Alfredo d'Escragolle. **Inocência**. 5. ed. São Paulo: FTD, 1999. (1872)